

Educação **Mudanças promissoras**

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, anunciou mudanças de vulto em sua área. Medida provisória ainda a ser assinada pelo presidente da República altera a estrutura normativa da educação brasileira. O principal núcleo decisório, o extinto Conselho Federal de Educação, será dividido em duas seções, uma delas tratando das questões do ensino de terceiro grau, outra do ensino básico e de segundo grau. A mudança não despertou, como seria de esperar, maiores repercussões. Todo o interesse parece mesmo ter-se concentrado na proposta de criação de um exame nacional a que todos os estudantes universitários do País seriam submetidos quando da conclusão de seu curso.

Curiosamente, os que teriam seus interesses mais atingidos pela proposta — os donos das faculdades particulares com discutível qualidade de ensino — guardaram prudente silêncio. Os professores e alunos, porém, não! A vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Anamaria Beck, por exemplo, já contestou a proposta, porque, segundo ela, fundamentalmente é “melhorar a qualidade do ensino”. Ora, existiria forma mais consistente e rápida para cuidar dessa qualidade do que realizar um exame para verificar, ao final do curso superior, se o aluno de fato aprendeu o essencial? Não foi muito diferente a reação do presidente da UNE, considerando, primeiro, a medida um ataque às consequências e não às causas, para depois, estranhamente, manter um tom crítico, ao lembrar que o aluno já é submetido a várias avaliações ao longo do curso e, se a nota é ruim nessa prova final, “o problema não é dele, mas da instituição”. Mas é exatamente disso que se trata! Para que não se faça julgamento indiscriminado e preconceituoso, a verdadeira avaliação do ensino oferecido será feita diretamente pelo consumidor dele.

O MEC, prudentemente, não pretendeu com esse exame imiscuir-se em seara que não é dele, como a fiscalização e autorização de exercício profissional. Essa tarefa continua a ser feita nos ter-

mos de legislação específica. O que passa a ser avaliado é o produto *ensino* oferecido por instituição credenciada pelo governo para tal. Ninguém perderá o direito de gozar dos direitos conferidos pelo diploma conquistado depois de anos

de curso. O que muda é que aquele cidadão que se for servir dos préstimos desse formado terá a exata medida do que vale o diploma. Esse exame funcionará como um sinal ao cidadão, à sociedade

que terá de conviver com um profissional dito capacitado, com diploma na mão e direito pleno de pôr em risco o direito e até a vida de outrem. A nota publicada no histórico escolar do formado é vitrine da qualificação do profissional. A sociedade tem direito de exigir tal proteção e é dever do Estado implementá-la.

De característica diferente é a mudança na dinâmica do Conselho. A divisão em duas seções decisórias para cada nível de ensino, ao que tudo indica, implicará melhor equacionamento de questões específicas de cada fase da trajetória escolar. Ainda não está perfeitamente claro o mecanismo de funcionamento dessas seções, mas a transparência absoluta parece ser exigência impostergável, depois de tudo que se disse sobre o extinto CFE. O ideal é que o novo conselho tenha sua instância de decisão sempre em plenária de seus 12 membros, sempre em sessão pública. Garantir esse critério será prova cabal de que muita coisa mudou no espírito do controle da educação brasileira.

As mudanças nas formas de escolha dos reitores das universidades federais é promissora; os excessos que conhecemos indicavam a urgência da alteração. O fortalecimento do voto docente nesse processo de escolha, em detrimento do peso do voto do funcionário, repõe tudo em seus lugares; o servidor tem espírito sindical (compreensível) em suas reivindicações (muitos professores também) que pouco guardam vínculo com o autêntico espírito universitário. No conjunto, as medidas são promissoras. Cumpre acompanhar o comportamento do Congresso em relação a essa futura MP.

O Legislativo não pode frustrar as boas expectativas de mudança geradas pela MP da Educação